O Magistrado

em revista

IMAG-DF
INSTITUTO DOS MAGISTRADOS DO DISTRITO FEDERAL

www.imag-df.org.br
Circulação Nacional
Ano IV - nº XXVII - junho 2004

Auditoria da Dívida Externa

Sob Pressão

Magistrados têm que conviver com o estresse

Auditoria da Dívida Externa

Abrir essa caixa preta será um ato de respeito com o povo brasileiro.

A Dívida Pública é o centro dos problemas nacionais. A maioria dos recursos públicos têm sido destinados ao pagamento dos juros escorchantes dessa questionável dívida, impossibilitando a realização de investimentos promotores de crescimento econômico ou o desenvolvimento das políticas sociais. As consequências são graves para toda a sociedade. A evidência mais recente é a falta de recursos para um salário mínimo digno, mas encontram-se comprometidos todos os serviços essenciais de saúde, educação, segurança, moradia, saneamento, reforma agrária, infra-estrutura e demais serviços públicos.

A Auditoria da Dívida é um mecanismo que permite enfrentar esse problema de forma soberana, trazendo à tona toda a verdade sobre esse processo de endividamento que historicamente vem espoliando nossas riquezas e aprofundando as injustiças. Enquanto não equacionarmos o problema da dívida pública, continuaremos assistindo o empobrecimento do nosso potencialmente rico país. O empobrecimento é nítido sob vários aspectos. De 1994 até 1998 o Brasil figurava como a 8ª economia do mundo. A última aferição, em 2004, nos deixou na 15ª posição. Os indicadores sociais são alarmantes (vide quadro).

Por outro lado, os indicadores econômicos têm sido motivo de comemoração pelas autoridades governamentais, especialmente o cumprimento do "superávit primário", de 5,41% do PIB no primeiro trimestre deste ano, superando a arrojada meta de 4,25% acordada com o FMI! Aí está a raiz dos problemas sociais, pois para cumprir esse superávit recorde, o governo tem aumentado a carga tributária, de um lado, retirando recursos da sociedade e dificultando o funcionamento de vários setores da economia, e, de outro lado, tem cortado gastos em todas as áreas sociais.

Em 2003, o governo federal destinou R$ 132 bilhões para o pagamento das dívidas externa e interna, enquanto apenas R$ 70,8 bilhões foram destinados à soma dos gastos com Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Energia e Transporte. No final do ano, a dívida consolidada era de R$ 1,24 trilhão (www.stn.fazenda.gov.br)

O elevado grau de endividamento em que nos encontramos tem deturpado a função do Estado: ao invés de promover a correta aplicação dos recursos, priorizando-se o aten-

OS INDICADORES SOCIAIS SÃO ALARMANTES:

➔ Quase a metade da população brasileira é de miseráveis: segundo a ONU, 47% sobrevivem com menos de R$ 2,00 por dia e passam FOME, sendo a maioria crianças, condenadas ao não-futuro, pois vivem ao relento, sem acesso a educação, saúde, assistência;

➔ 13 milhões de desempregados, desesperados, sem condições de sobrevivência e sem oportunidades;

➔ Em 2003, caíram a renda média do trabalhador (13%) e o consumo das famílias (3,3%), conforme relatório do IBGE;

➔ Aumenta a favelização, a violência e a bandidagem.

Por: Maria Lucia Fattorelli Carneiro, Auditora-fiscal da Secretaria de Receita Federal do Ministério da Fazenda (SRF-MF), presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (UNAFISCO Sindical) e Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul.

dimento das necessidades sociais mais prementes e o crescimento econômico, prioriza-se o pagamento dos serviços da Dívida. Além disso, ficamos submetidos a imposições dos credores, especialmente do FMI, o qual exige a adoção das "políticas de ajuste fiscal e estrutural", tais como realização das reformas da previdência, trabalhista e tributária, enxugamento de gastos e investimentos públicos, altas taxas de juros internos, privatizações, abertura financeira, comercial e monetária, independência do Banco Central e o "superávit primário".

Além das conseqüências para a sociedade - desemprego, miséria, violência, fome, comprometimento dos serviços públicos – essa política econômica subserviente tem provocado a elevação da própria dívida, como demonstra o gráfico. É uma política suicida que nos torna cada vez mais vulneráveis e dependentes.

AUDITAR A DÍVIDA: QUESTÃO DE SOBERANIA

Antes de tomarmos qualquer posição frente ao endividamento, precisamos saber: Como surgiu toda essa dívida pública? Quanto já pagamos, e quanto ainda devemos? Realmente devemos? Quem contraiu tantos empréstimos? Onde foram aplicados os

Divulgação

"A origem da dívida atual pode ser explicada a partir da década de 70, quando tivemos um expressivo ciclo de crescimento, seguido de um outro ciclo, ocorrido a partir dos anos 90, quando a dívida interna passou a assumir papel relevante."

recursos? Esse endividamento significou algum benefício para o povo brasileiro? O que foi feito diante de tantas ilegalidades e ilegitimidades desse processo? Essas são algumas perguntas que o grupo de estudos da "Auditoria Cidadã da Dívida" – Campanha Jubileu Sul - procura responder. O objetivo da auditoria é dissecar o processo de endividamento do País, revelar a verdadeira natureza da Dívida e, a partir daí, promover ações no sentido de reduzir o montante das Dívidas Interna e Externa.

A história demonstra que a auditoria já foi um instrumento utilizado no Brasil, em 1931, por Getúlio Vargas, quando se obteve uma significativa redução do montante da dívida, conforme ensina o professor Reinaldo Gonçalves no texto "Lições da Era Vargas", inserido no livro "Auditoria da Dívida Externa: Questão de Soberania", editora Contraponto, 2003.

A auditoria da Dívida Externa está prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até hoje não cumprido. No ano 2000, mais de seis milhões de brasileiros participaram do Plebiscito da Dívida Externa e votaram NÃO à continuidade do pagamento da dívida sem antes realizar a auditoria prevista na Constituição Federal.

Em abril de 2004, a Ordem dos Advogados do Brasil decidiu ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação para obrigar o Congresso Nacional a instalar Comissão para realizar auditoria da dívida externa.

Enquanto não ocorre a auditoria oficial, o grupo de trabalho da "Auditoria Cidadã" tem acessado documentos e realizado estudos, visando a resgatar o processo histórico e, simultaneamente, tem acompanhado o comportamento do endividamento e seus mecanismos na atualidade, especialmente o risco-país e os sucessivos acordos com o FMI . Todos os trabalhos realizados são amplamente divulgados por meio de publicações didáticas, tais como boletins, cartilhas, vídeo e livro, além da página na internet:

www.divida-auditoriacidada.org.br

DE ONDE VEM ESTA DÍVIDA?

A origem da dívida atual pode ser explicada a partir da década de 70, quando tivemos um expressivo ciclo de crescimento, seguido de um outro ciclo, ocorrido a partir dos anos 90, quando a dívida interna passou a assumir papel relevante. Inúmeros são os questionamentos que o grupo da Auditoria Cidadã vem levantando, e que mereceriam ser aprofundados.

No final da década de 70, merece destaque a elevação unilateral das taxas de juros pelos credores. Contratos haviam sido assinados pelos governos militares da época admitindo-se juros flutuantes, o que permitiu aos credores aumentarem livremente as taxas de juros, que saltaram de patamares em torno de 5% ao ano para mais de 20% ao ano, provocando a multiplicação do valor da dívida externa. Esse aumento unilateral das taxas de juros é considerado ilegal pelo Direito Internacional.

Assim, o Brasil enviou ao exterior, de 1979 a 2002, a título de juros e amortizações da dívida externa, US$ 158 bilhões a mais do que recebeu de empréstimos, e a dívida se multiplicou por quase cinco, tendo chegado a US$ 235 bilhões em 2003. Caso os credores não tivessem aumentado abusivamente as taxas de juros, a quantia que enviamos para o exterior teria sido suficiente para quitarmos a dívida em 1989, e ainda seríamos credores de US$100 bilhões.

Na década de 90, houve a transformação de dívidas contratuais - altamente questionáveis - em títulos ou bônus, negociáveis no mercado, processo que recebeu o nome de securitização e que "pulverizou" a dívida, dificultando o processo de renegociação e de auditoria desses débitos.

No Brasil, a sustentação do plano Real se ancorou na atração de capitais estrangeiros para o financiamento das contas externas, mas o governo também se endividou em moeda brasileira, emitindo títulos da Dívida Interna que remuneravam investidores brasileiros e estrangeiros com as taxas de juros mais elevadas do planeta. Durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, a Dívida Interna aumentou de R$ 59,7 bilhões, em 1994, para R$ 687 bilhões em dezembro de 2002, apesar dos volumosos pagamentos.

No primeiro ano do governo Lula, a Dívida Interna aumentou para R$ 753 bilhões. O governo alega que

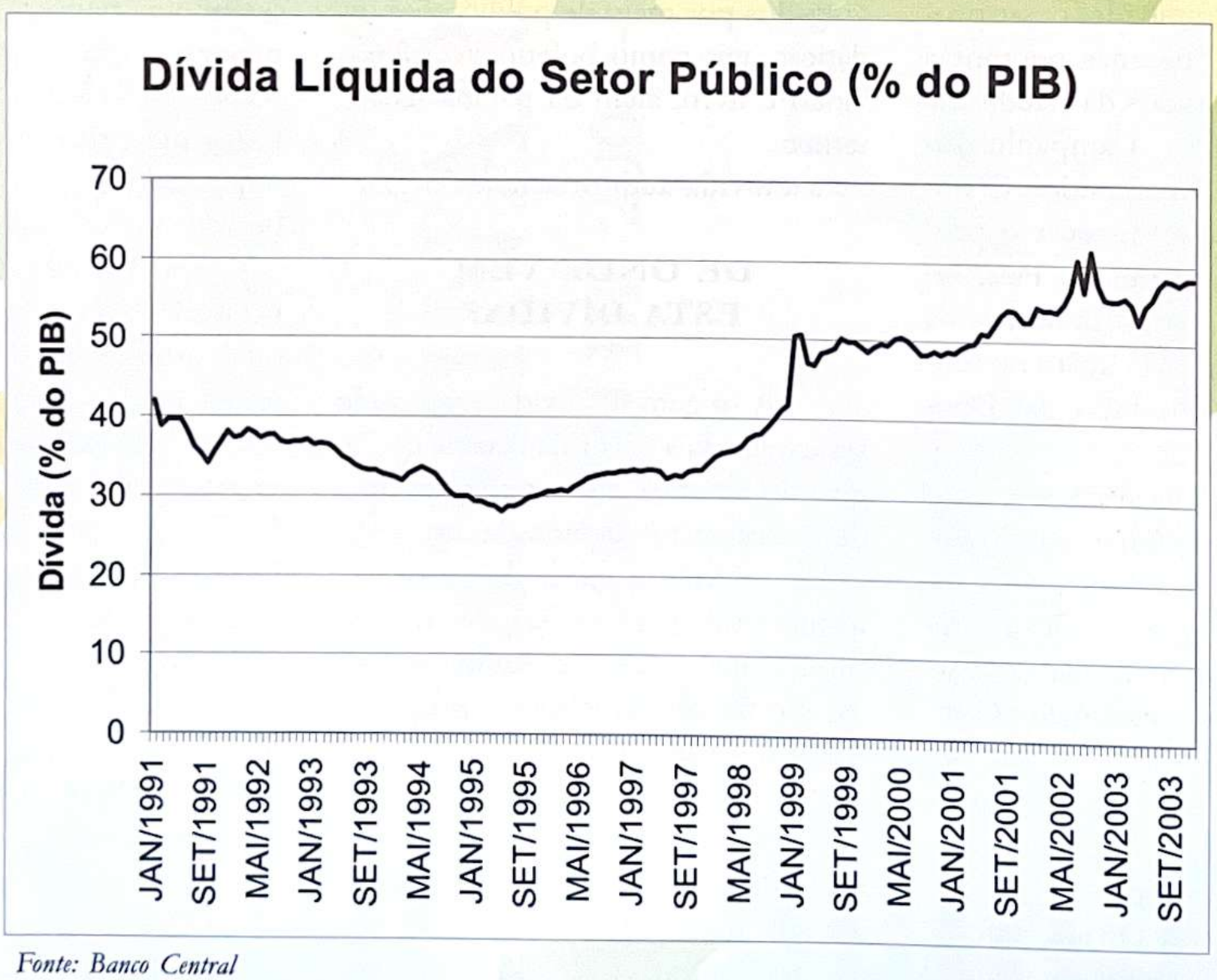
a principal razão do crescimento acelerado da dívida foi a assunção de dívidas estaduais e municipais. Estudos em andamento pelo grupo da Auditoria Cidadã apontam que o fator mais relevante foi exatamente a política de elevadas taxas de juros.

O mecanismo do **risco-país** tem-se prestado a forçar o governo a seguir o receituário neoliberal e pagar, diariamente, para obter a "confiança dos mercados". Para emprestar aos países do Terceiro Mundo, os credores estabelecem um adicional de juros sobre o que ganhariam emprestando aos Estados Unidos, país considerado de risco zero, pelo simples fato de poder emitir dólares – moeda aceita para o pagamento das dívidas externas dos países. Os credores alegam que esse adicional de juros serve para compensar o risco de não receberem de volta o que emprestaram para os países em desenvolvimento. Essa exigência não encontra amparo em normas de direito internacional e também não obedece a uma lógica ou coerência matemática, pois todos os compromissos têm sido cumpridos religiosamente, sendo o Brasil um dos maiores remuneradores do capital estrangeiro durante todos esses anos. Esse "risco" é mais uma criação artificiosa e serve de instrumento apenas para a cobrança desse adicional. Se o risco jamais se implementou, por que continuar a pagar esse adicional? Na verdade, este tem sido um mecanismo de nos chantagear: Qualquer ameaça de descumprimento das políticas ditadas pelos credores – altas taxas de juros, reformas anti-sociais, privatizações – o "risco" sobe, e temos de pagar mais para satisfazer o capital.

QUAL A SAÍDA?

Precisamos romper com esse processo continuado de espoliação urgentemente. A falta de recursos para o salário mínimo e para o atendimento aos direitos humanos fundamentais da maior parte da população do nosso país nos impõe a obrigação de lutar por JUSTIÇA. Há muitas formas de fazê-lo, mas uma delas, certamente, é o desmascaramento do processo de endividamento que tanto compromete as contas públicas e condena o destino do país, atingindo a dignidade do nosso povo...

Abrir essa caixa preta da dívida será um ato de respeito para com o povo brasileiro.



Fonte: Banco Central